
AJUSTE DIRECTO - Convite

(Nos termos da alínea d) do n.º1 artigo 20º e artigo 115º do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, na sua atual redação

Objeto do contrato: "Aquisição de serviços de maquinaria para regularização de plataforma - Granjal".

1. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Sernancelhe, pessoa coletiva n.º 506852032, com sede no Edifício dos Paços do Concelho, 3640 – 240 Sernancelhe.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, no uso das suas competências.

3. Preço base

O valor fixado como parâmetro do preço contratual (n.º1 do art. 47º do CCP) é de 9.010,00€ (nove mil e dez euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal.

4. Prazo de execução

O prazo máximo para a execução do serviço é de 8 dias.

5. Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de ajuste direto realizado nos termos da alínea d), do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, é fundamentada com base no montante do preço base do procedimento, uma vez que este é inferior a 20.000,00€.

6. Documentos da proposta

6.1 - A proposta deve ser acompanhada de:

6.1.1 - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP – Anexo I do presente convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar;

6.1.2 - Proposta de preço assinada pelo concorrente ou seu representante elaborada em conformidade com o modelo anexo II do presente convite.

6.1.3 - Lista de preços unitários;

6.1.4 - Documentação do equipamento (máquinas) e do(s) operador(es) para a prestação do serviço, que deve ser constituída pelos seguintes elementos/documentos: Seguro de responsabilidade civil; Manual de instruções em português; Declaração de conformidade; Plano de manutenção e Declaração de bom funcionamento segundo DL 50/2005, de 25 de fevereiro.

6.1.5 - Documentação do operador que deve ser constituída pelos seguintes elementos/documentos: Seguro de acidentes de trabalho; Ficha de aptidão médica; Declaração/carta de manobrador; Ficha de entrega no caso em que não seja o proprietário do equipamento).

7. Documentos da proposta que podem ser redigidos em língua estrangeira:

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua Portuguesa.

8. Apresentação de documentos de habilitação

No prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP e do qual faz parte integrante;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e h) do n.º1 do artigo 55º do CCP;

9. Supressão de irregularidades dos documentos de habilitação

Conceder o prazo de 2 dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados no número anterior que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º.

10. Impedimentos

Não podem ser concorrentes ao presente procedimento, as entidades que incorram nos impedimentos previstos no art. 55º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55º-A Relevação dos impedimentos.



11. Prazo para apresentação da proposta

A proposta deve dar entrada, até às 23:59 horas do dia _____.

12. Modo de apresentação da proposta

A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pelo município, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

13. Prestação de caução

Considerando que o valor contratual é inferior a 200.000,00€ é dispensada a prestação da caução, conforme prevê o artigo 88º do CCP.

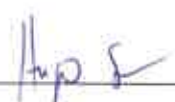
14. Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Em tudo o omissa será aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Sernancelhe, 7 de outubro de 2021

O técnico



(Hugo Manuel Magnório Salgado)

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



2

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de proposta de preço

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com sede
....., pessoa colectiva nº, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de
..... sob o nº, com o capital social de, depois de ter tomado
conhecimento do objecto da aquisição de serviços(designação do serviço), a que
se refere o convite datado de, obriga-se a fornecer todos os serviços, em
conformidade com o caderno de encargos, pela quantia de euros (por extenso e
por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em
vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do
seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....

